

Pelo primado das relações nos estudos organizacionais: algumas indicações a partir de leituras enamoradas de Marx, Bourdieu e Deleuze

Autoria: Maria Ceci Misoczky

Resumo

Esse ensaio caracteriza, de modo crítico, a tradição da pesquisa em estudos organizacionais para então, em oposição, apontar três abordagens com potencial para apoiar o desenvolvimento de estudos críticos. Essas abordagens, de bases epistemológicas e metodológicas diferentes compartilham a ênfase nas relações e a preocupação com a emancipação, e são o materialismo dialético de Marx, a teoria na prática de Bourdieu, e a alegria da prática Deleuze. O principal objetivo desse texto é o de se constituir em uma espécie de isca para o reconhecimento de parceiros para o avanço na produção de uma minoria para o desenvolvimento de estratégias de pesquisa que se coloquem no seio das ciências sociais críticas, fazendo uma crítica intransigente do capitalismo com foco na emancipação dos excluídos e, ao mesmo tempo, vivendo as novidades de nossa época.

Introdução

Este artigo parte da aposta na possibilidade de produzir conhecimento crítico em administração e, portanto, do reconhecimento da existência de intelectuais orgânicos orientados para a crítica em organizações de ensino e pesquisa em administração. Como indica Caiafa (2000, p.61), é fugindo às posições dominantes que a produção crítica se faz e, ao fazer-se, produz ela mesma uma minoria. "Uma minoria não vem já feita, ela se constitui sobre linhas de fuga, no juntar-se através de agenciamento criadores, na procura de aliados através da troca de escritos, na realização de fluxos que constituem forças de ruptura e de experimentação." O principal objetivo desse texto é, nesse sentido, o de se constituir em uma espécie de isca para o reconhecimento de parceiros para o avanço na produção de uma minoria que tenha em comum a recusa em aceitar o "sono dogmático" (na expressão de Bertero, 2001, p.59).

Como, do ponto de vista epistemológico, a crítica "só se desenvolve em oposição a corpos teóricos estabelecidos" (Bruyne, Herman e Schoutheete, 19991, p.55), esse ensaio caracteriza (criticando) a tradição da pesquisa em estudos organizacionais para então, em oposição, apontar três abordagens com potencial para apoiar o desenvolvimento de estudos críticos. Essas abordagens, de bases epistemológicas e metodológicas diferentes compartilham a ênfase nas relações e a preocupação com a emancipação, e são o "velho" materialismo dialético de Marx, a teoria na prática de Bourdieu, e a alegria da prática de Deleuze. A sua apresentação em itens separados é apenas um recurso de organização do texto, já que se concorda integralmente com Kincheloe e McLaren (2000, p.291), quando indicam que qualquer tentativa de delinear escolas típicas e separadas vai nos afastar do saudável e "endêmico hibridismo da análise crítica contemporânea".

Antes, porém, para que fique claro de que crítica se está falando, alguns parágrafos de esclarecimento sobre as posições adotadas.

A primeira posição é a do reconhecimento de que existem muitas e diferentes visões (versões) na descrição de um evento e no atribuir-lhe significado e que, como não poderias deixar de ser, cada um abre diferentes possibilidades para a ação - para o reforço e reprodução, ou para a ruptura e a transformação. Esse reconhecimento implica em tratar a produção do conhecimento dominante como parte de um contexto epistemológico em que se realizam práticas de pesquisa

normalizadas e naturalizadas que podem estar (e estão) sujeitas à contestação e resistência (Foucault, 1972). A segunda posição, decorrente desta, é o reconhecimento do poder e da política como categorias estruturantes do campo dos estudos organizacionais. A partir daí é possível refletir sobre que representação das organizações se está construindo, que práticas sociais se está gerando, que alternativas são descartadas por anormais, irracionais ou erradas. Uma consequência metodológica da adoção dessa posição é que os pesquisadores precisariam deixar claro que tipo de mundo organizacional suas opções autorizam, que consequências podem resultar do privilegiamento de algumas vozes sobre outras (Dachler, 1999) e da opacificação de inter-relações em processos sociais.

Uma terceira posição se refere à definição adotada de ciência, conhecimento ou estudos críticos. Essa posição expressa a adoção da perspectiva defendida por Dussel (2001, p.279), que diferencia entre ciências sociais funcionais e ciências sociais críticas. As primeiras são aquelas que tem um sentido "positivo", que fazem com que o sistema vigente "funcione", opere, se desenvolva. "Essas ciências são necessárias, mas se tornam fetichistas quando negam a existência das ciências sociais críticas, que também são necessárias (como programas científicos rivais que se fecundam mútua e criativamente em uma dialética histórica)." A ciência social crítica, por sua vez, precisa ser negativa e material, segundo as formulações de Horkheimer e Adorno na primeira fase da escola de Frankfurt. "A negatividade é o 'não poder viver' dos oprimidos, explorados, das 'vítimas' – para falar como Walter Benjamin ou Emmanuel Levinas. (...) Sem considerar a 'negatividade' não pode haver ciência social crítica. Porém, e em segundo lugar, essa negatividade deve situar-se no nível da 'materialidade'; isto é, no conteúdo da *praxis* quando referido à produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana, da corporalidade humana."

Para encerrar essa introdução é sempre bom lembrar que, para sermos críticos, é preciso que estejamos equipados para um melhor entendimento do poder disciplinar (definido por Foucault (1972) como aquele que é exercido diretamente sobre os corpos para extrair deles tempo e trabalho com o apoio do discurso científico) que a tradição na pesquisa em estudos organizacionais contribui para produzir.

1 A tradição na pesquisa em estudos organizacionais

A tradição dominante resulta de interconexões entre o cientificismo positivista, a necessidade de promulgar conhecimento prático, a percepção das organizações como entes autônomos da sociedade e o referencial sistêmico de análise.

A preocupação com a promulgação de conhecimento prático (conhecimento consumível, segundo Burrell, 1993) se revela pela centralidade do tema da eficiência. Essa é, usualmente, considerada como uma entidade que depende de outras, cuja variação é provocada por outras entidades. Assume-se, assim, o modelo do cientificismo positivista, especificamente a metodologia que busca conexões causais entre a variável dependente e variáveis independentes, enfatizando medições e correlações estatísticas. Mais ainda, para que o conhecimento gerado seja reconhecido como legítimo é preciso seguir outros cânones desse cientificismo, além da demonstração da causalidade: a tradução de conceitos em medidas operacionalizáveis, a generalização e a replicabilidade (Bryman, 1992).

Esta predominância dirige grande parte dos estudos, naturalmente, para a adoção de procedimentos quantitativos, fazendo com que no campo dos estudos organizacionais muitas vezes se precise (ainda) defender a adoção de abordagens qualitativas, nem sempre compreendidas em suas diferentes possibilidades epistemológicas. Se ignora, frequentemente, que a marca do cientificismo positivista não reside neste ou naquele procedimento de pesquisa, mas na pretensão de que o conhecimento pode espelhar a realidade, desvendar a "verdade",

representar o mundo (no nosso caso, o mundo da gestão e das organizações). Além disso, a adoção das abordagens qualitativas é, freqüentemente, justificada pela necessidade de compreender a perspectiva dos indivíduos. É como se os níveis de análise indicassem as abordagens – macro/ quanti, micro/ quali. Esse é o caso, p. ex., da posição de Cassell e Symon (1995), que proclamam a adequação da abordagem qualitativa para focalizar processos organizacionais e seus resultados a partir da compreensão das experiências de indivíduos e grupos.

Scott (1992, p.9), ao relatar a emergência do campo dos estudos organizacionais, deixa bem clara a sua marca fundadora (e ainda dominante). Situando esse momento na década de 50, a partir de trabalhos realizados por sociólogos funcionalistas localizados em academias americanas – com destaque para Parsons e sua tradução de Weber, Merton, Selznick, Gouldner, Blau –, descreve-os como "sociólogos engajados no desenvolvimento e testagem empírica de generalizações sobre a estrutura e o funcionamento de organizações". Outro ramo dos estudos organizacionais teria, segundo esse autor, se originado a partir da ênfase de Simon no processo decisório e na escolha dentro das organizações, gerando uma "área definida no nível de uma abstração suficientemente geral para chamar atenção para as similaridades na forma e função através de diferentes arenas de atividades" (Scott, 1992, p.10). Em ambas as vertentes dos estudos organizacionais se encontra a influência do referencial sistêmico.

"Para a análise sociológica de um sistema social qualquer (...) é necessário conhecer os padrões de integração e as condições gerais que mantêm a estrutura e o funcionamento do grupo. Isto é, passa-se imediatamente à indagação do conjunto de condições de cuja operação ordenada, conforme padrões determinados, resulta a manutenção integrada, sob a forma de sistema, do grupo particular focalizado, e de todos que se constituam dentro do mesmo padrão. Dessa maneira, a análise é conduzida de forma a resultar na obtenção do conhecimento de ordem geral. A explicação sociológica, nesses termos, supõem, ao mesmo tempo, o conhecimento das condições que garantam o caráter ordenado, regular e universal das atividades sociais." (Cardoso e Ianni, 1973, p.9)

Scott (1965 e 1992, p.14) apresenta, ainda, os níveis de análise que caracterizam a pesquisa no campo dos estudos organizacionais. Esses devem ser determinados pela "natureza da variável dependente – isto é, se o fenômeno a ser explicado é (1) o comportamento ou atributo dos indivíduos participantes dentro das organizações, (2) o funcionamento ou características de alguns aspectos ou segmentos da estrutura organizacional, ou (3) as características ou ações da organização vista como uma entidade coletiva". Daí decorrem os níveis de análise individual, estrutural e ecológico. Nesse último "o analista pode tanto examinar a relação entre organizações específicas ou classes de organizações e o ambiente, ou examinar a relação que se desenvolve entre um número de organizações vistas como um sistema interdependente". Em uma nota de rodapé Scott (1992) vincula esses níveis aqueles propostos por Parsons (1973), para quem a análise da ação deve ser feita no nível micro e a do sistema social no macro. Nessa vinculação o nível micro equivale ao individual, enquanto o macro equale aos níveis estrutural e ecológico.

Chama a atenção que nessa proposição de objetos de análise não se encontra referência à sociedade. A leitura de Donaldson (1995) ajuda a compreender esse fenômeno. Segundo ele a teoria organizacional aborda aquelas partes da estrutura social que estão localizadas dentro das organizações, e a sociologia aborda a sociedade no sentido amplo. Mardsen (1993) critica esta posição, especialmente a consideração do nível organizacional (partes da estrutura social

localizados dentro da organização) e do nível dos campos organizacionais (relações entre organizações), em separado da sociedade (objeto externo aos estudos organizacionais), afirmando que essa é uma escolha que impede o entendimento de relações de poder. Essa escolha permite, quando muito, focalizar no poder como controle dentro das organizações, ainda que as origens das relações de poder e da capacidade de utilizá-los sejam indissociáveis das relações sociais. Knights (1992), adotando o referencial de Michel Foucault, apoia essa percepção, indicando que o cientificismo positivista baseia seu conhecimento, entre outras coisas, no que escolhe ignorar, referindo-se, especificamente, ao tema do poder.

Cabe ainda dizer que, do ponto de vista do cientificismo positivista, a adoção de níveis de análise implica em uma série de dificuldades metodológicas, que são sistematicamente ignoradas nos estudos organizacionais. Entre essas dificuldades se encontram, segundo Bryman (1992):

- o problema da agregação – concluir sobre a organização a partir de respostas dos indivíduos;
- a falácia ecológica – ignorar que nos agregados a correlação tende a ser maior do que seria caso os indivíduos tivessem sido o foco, arriscando inferências sobre indivíduos ou organizações *em geral* a partir de *alguns* indivíduos ou organizações.

Adotar um distanciamento crítico com relação à essa tradição dominante, leva a reconhecer, com Knights (1992, p. 519) "as metas de uma ciência da gestão e das organizações como uma defesa de status, repetibilidade e legitimidade, expostas ao ridículo porque são incapazes de dar conta do rigor dos métodos que adota. Isto é, sua emulação das ciências positivas a localiza em uma armadilha de ter que produzir explicações causais, leis invariáveis e predições, o que demandaria que o conhecimento sobre a gestão pudesse ser independente e, verdadeiramente, ignorar as condições de sua própria produção".

Nesse sentido, é sempre bom lembrar Astley (1985) e sua negativa de que os estudos organizacionais pudessem capturar a verdade objetiva, já que todo conhecimento empírico sobre organizações é socialmente construído. Isso implica que o propósito dos estudos organizacionais não é descobrir a verdade, mas gerar uma linguagem teórica que pode dar significado a construções sociais e à ação organizacional (Astley e Zammuto, 1992). Ou, como afirmam, de modo mais enfático, Cooper e Burrell (1988, p.102), a análise organizacional moderna tem sido descontextualizada e escrita para enfatizar temas como a eficiência e o controle organizacional, para "legitimar a idéia de que a organização é uma ferramenta social e uma extensão da agência humana", através do emprego de construtos que servem para dar sentido à organização e que não são mais do que imperativos morais que servem para pressupor certos aspectos e para excluir a possibilidade de outros. Segundo esses autores, se quisermos compreender "a produção da organização em vez da organização da produção", precisamos "ver a organização como um processo que ocorre dentro do 'corpo' mais amplo da sociedade" (Cooper e Burrell, 1988, p.106).

É exatamente com essa preocupação que se apresentam os itens que seguem, entendendo que para que isso ocorra precisamos de conhecimentos com bases epistemológicas e metodológicas que abandonem o cientificismo positivista e o decorrente esquartejamento da realidade social através da lógica dos níveis de análise. O que une abordagens tão diferentes quanto as de Marx, Bourdieu e Deleuze, é a possibilidade de encontrar formulações que apoiem a adoção do primado das relações e, desse modo, permitam encontrar *linhas de fuga* com relação à tradição e às posições dominantes.

2 Em busca da primazia das relações

2.1 Marx: a história contada através das contradições

Se aceita-se que o programa científico de investigação de Marx é a "ciência das contradições inerentes ao capitalismo", seria extremamente incoerente comemorar a sua morte "na mesma ocasião em que se anuncia o triunfo definitivo do capitalismo e do mercado". A partir dessa constatação, Jameson (1999, p.187 e 189) aponta para a renovação do marxismo ("um marxismo mais moderno – ou, na verdade, em nossa época, pós-moderno") de modo que possa dar conta das "novas e inesperadas dimensões assumidas por seu tradicional objeto de estudo". Na mesma direção, Kincheloe e McLaren (2000, p.304), referindo-se ao marxismo, indicam que, "de diferentes modos, o processo de globalização e o fortalecimento do capitalismo de livre mercado nos levam de volta às raízes da pesquisa crítica". O que se segue é, nesse sentido, um lembrete sobre a potencialidade dessas raízes para abordar a realidade social de modo relacional.

"A população é uma abstração se deixo de lado, por exemplo, as classes que a compõem. Por sua vez, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignoro os elementos em que se baseiam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes pressupõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. Assim, se eu comesse pela população, ficaria com uma representação caótica do conjunto; em seguida, por meio de uma determinação mais precisa, procedendo pela análise, chegaria a conceitos cada vez mais simples; uma vez alcançado esse ponto, seria necessário empreender a viagem de retorno e, de novo, chegaria à população. Desta vez, porém, não teria à minha frente um amontoado caótico, mas sim uma rica totalidade de determinações e relações complexas. O concreto é concreto porque é a síntese de numerosas determinações, ou seja, unidade da diversidade. É a razão pela qual o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, por conseguinte, também o ponto de partida da intuição e da representação. (...) a totalidade concreta, como totalidade pensada, concreto pensado é, de fato, um produto do pensamento, do ato de conceber; não é, de modo algum, o produto do conceito que se engendraria a si mesmo, que pensaria fora e acima da percepção e da representação, mas um produto da elaboração das percepções e das representações em conceitos." (Marx, 1978, p.37)

O ponto de partida e de chegada da análise marxista é, de fato, o trabalhador. Antes do capital, do "sistema" ou da totalidade, se encontra o sujeito em sua materialidade empírica (ponto de partida e de chegada da explicação científica). A primazia das relações constrói uma explicação da gênese e funcionamento do capitalismo que é, ao mesmo tempo, simples e comovente, como se pode perceber pelo relato abaixo (com a ajuda de Dussel, 2001).

Partindo da negação original, Marx mostra como o trabalhador (fonte criadora de toda riqueza) se enreda em um círculo perverso de alienação ontológica. Coativamente, tendo sido destruídas as condições pré-capitalistas de sobrevivência, o camponês se transforma em um pobre urbano que ou vende sua corporalidade pessoal ou morre. O contrato tem, aparentemente, uma forma de liberdade, equidade e propriedade. Na realidade existe coerção, desigualdade e pobreza constitutivas. Feito o contrato desigual, injusto e perverso, se produz o momento trágico da subsunção do trabalho, da negação real (não só ideológica). A fonte criadora de valor (pessoa portadora de dignidade que define os próprios fins) fica submetida ao seu produto; a pessoa do trabalhador é colocada como meio, e o meio (o processo de valorização do capital) como fim. É a inversão que se expressa no fenômeno do fetichismo. A partir daqui o cientista pode realizar o juízo crítico do capital. Esta inversão fundadora, essencial para a reprodução do capital como tal, é o que constitui a relação social de dominação. Subsumido o trabalho vivo (formalmente

enquanto produtor de mais valia, materialmente porque é a máquina que dirige o processo produtivo) o trabalhador se encontra totalmente dominado pelo capital. É o que Marx chama de trans-substanciação do trabalho vivo como trabalho assalariado, como incorporação da exterioridade do trabalho vivo na totalidade do capital. Essa construção só é possível a partir de uma categoria chave para a explicação – a categoria essencial e simples da mais valia (em oposição à categoria fenomênica do lucro) explica que o lucro acumulado é, correlativamente, a pobreza do trabalhador (que é o que a investigação quer explicar). A categoria da mais valia permite a explicação relacional, partindo do sujeito vai ao todo para explicar como esse todo se constitui e, então, volta ao sujeito para explicar sua condição de dominado.

A abordagem dialética visa, simultaneamente, os conjuntos e seus elementos constitutivos, as totalidades e suas partes; é, ao mesmo tempo, análise e síntese; é movimento reflexivo do todo às partes e reciprocamente. A dialética é sempre negação das leis da lógica formal (identidade, não contradição, terceiro excluído) que analisa os fenômenos subtraindo-os do conjunto concreto que os ultrapassa. É, ainda, uma ameaça ao conhecimento rígido, ao mostrar que todos os elementos se condicionam reciprocamente em uma infinidade de graus intermediários (Bruyner, Herman e Scoutheete, 1991).

"O método dialético é produto de um trabalho de formalização, de transformação conceitual da realidade, de abstração. Nessa qualidade, o método dialético, embora em última análise seja a própria marcha e o próprio ritmo do objeto de estudo, não deixa por isso de possuir um movimento próprio, específico. Enquanto procedimento de investigação real, o método dialético possui traços distintivos próprios. Lukács foi quem primeiro, na literatura marxista, realçou a originalidade do método dialético, expondo as determinações decisivas da dialética: ação recíproca do sujeito e do objeto, unidade da teoria e da *praxis*, modificação histórica do substrato das categorias como fundamento da sua modificação no pensamento." (Brohm, 1979, p.43)

Uma das implicações centrais do materialismo dialético reside em adotar uma posição historicista, em negar a possibilidade da existência de uma natureza social imutável. Segundo Löwy (1978), além de historicista, a teoria marxista é humanista, ou melhor, só pode ser historicista porque é humanista: as relações de produção capitalista não são eternas, imutáveis como as leis da natureza – são produzidas pelos seres humanos e podem ser transformadas pelos seres humanos. Aqui, novamente, é Lukács (1960, p.29) quem ajuda a compreender como o mito da naturalização das relações sociais é construído. Segundo ele "o ideal epistemológico das ciências da natureza (...), quando é aplicado à evolução da sociedade", se constitui em "um instrumento de combate da burguesia. Para essa última, é uma questão vital (...) conceber sua própria ordem de produção como constituída por categorias válidas de um modo atemporal e destina a existir eternamente, graças às leis eternas da natureza e da razão." Ao desmistificar o pensamento burguês, Lukács (1960) deixa claro que o materialismo dialético não é somente um instrumento de conhecimento, é também, e principalmente, um instrumento para a ação. Reconhecendo sua posição na sociedade e as razões de ser assim, as vítimas do capital podem agir no sentido de transformá-la, de fazer a história. Ainda que, como sempre é bom lembrar, não seja possível fazê-la segundo sua "livre vontade", já que terão de agir em condições não escolhidas, mas diretamente dadas e herdadas do passado (Marx e Engels, 1999). Ou seja, a concepção marxista da história e do seu fazer expressa a relação (sempre) dialética entre o ser humano e as circunstâncias, a atividade humana e as condições dadas.

Esse reconhecimento da intensa relação entre ação e estrutura social se constitui em um ponto de passagem para o autor que se segue, já que a centralidade da obra de Pierre Bourdieu está em explicar como essas se articulam.

2.2 Bourdieu: o real é relacional

Contra todas as formas de monismo metodológico que partem da escolha ontológica entre estrutura ou agente, sistema ou ator, coletivo ou individual, Bourdieu afirma a primazia das relações. Ou seja, Bourdieu (1996a) se opõe tanto ao enfoque estruturalista – que tende a captar relações objetivas, independente das consciências e das vontades individuais, quanto ao enfoque fenomenológico, interacionista – que tende a captar a experiência que os agentes realizam a partir dos contatos sociais. Afirma, então, que a pesquisa sobre o mundo social não precisa escolher entre esses pólos, já que o que o mesmo é constituído a partir da ação e da estrutura, sendo que sua intersecção como história reside em relações (Wacquant, 1992).

Ao caracterizar seu trabalho, Bourdieu (1996a, p.149) escolheu o termo “construcionismo estruturalista”, tendo, logo em seguida, acrescentado a designação inversa - “estruturalismo construcionista”, expressando a articulação dialética entre estruturas mentais e sociais.

“Por estruturalismo ou estruturalista quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos - linguagem, mito, etc., estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Por construcionismo quero dizer que há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campo.” (Bourdieu, 1996a, p.149).

Habitus é definido como o sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas que operam como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores das práticas e representações. Estas podem ser objetivamente adaptadas a seus resultados sem pressupor uma intenção conscientemente dirigida a fins ou expressar o controle das operações necessárias para atingi-los. Objetivamente regular e regulado sem ser produto da obediência a regras, o *habitus* pode ser coletivamente orquestrado sem ser produto da ação organizadora de um condutor. É descrito como um sentido para o jogo, um senso prático que inclina os agentes a atuar e reagir em situações específicas de um modo que não é sempre calculado e que não é meramente uma questão de obediência consciente a regras (Bourdieu, 1996b).

Para compreender as situações concretas, governadas por um conjunto de relações, nas quais os agentes existem e atuam, Bourdieu (1996b e c) desenvolve a noção de campo. O campo é definido como um espaço estruturado com suas próprias regras de funcionamento e suas próprias relações de força. Sua estrutura é dada, em cada momento, pelas relações entre as posições que os agentes ocupam. Portanto, uma mudança nas posições dos agentes implica em uma mudança na estrutura do campo. Em qualquer campo os agentes competem pelos tipos de capital que ali são específicos. Os diversos campos, mundos sociais relativamente autônomos, exigem daqueles que nele estão envolvidos um saber prático das leis de funcionamento desses universos, isto é, um *habitus* adquirido pela socialização prévia e/ou por aquela que é praticada no próprio campo (Bourdieu, 1996c). De acordo com Pinto (2000) o campo é menos uma tese do que um método que permite explicar as práticas evitando recorrer a fatores externos como princípio de inteligibilidade.

As relações objetivas são as relações entre as posições ocupadas a partir da distribuição dos tipos de capital (recursos de poder) eficientes em cada campo. Para Bourdieu (1996a) os poderes sociais fundamentais são o capital econômico (em suas diferentes formas), o capital cultural e o capital simbólico. Sendo que esse último não é outra coisa que o capital econômico ou cultural quando é conhecido e reconhecido segundo as categorias de percepção que impõem. "A legitimação da ordem social não é o produto, como alguns crêem, de uma ação deliberadamente orientada de propaganda ou de imposição simbólica; resulta do fato de que os agentes aplicam às estruturas objetivas do mundo social estruturas de percepção e de apreciação que saem das estruturas objetivas e tendem, por isso mesmo, a perceber o mundo como evidente." (Bourdieu, 1996a, p.138)

Recusando-se a aceitar a ilusão da universalidade ahistórica das categorias e conceitos utilizados pela economia, Bourdieu (2000) narra a história coletiva, reproduzida nas histórias individuais, da produção e comercialização de casas individuais nos subúrbios franceses. A pesquisa tem como objeto a estrutura do campo de produção e os mecanismos que determinam seu funcionamento, bem como a estrutura da distribuição das disposições econômicas e, mais especialmente, dos gostos em matéria de habitação; sem esquecer de estabelecer, através da análise histórica, as condições sociais da produção desse campo particular e das disposições que nele encontram a possibilidade de realizar-se mais ou menos completamente. Uma síntese desse estudo é apresentado a seguir, com o objetivo de ilustrar a teoria em ação.

- A narrativa começa com uma abordagem dos mitos ligados à aquisição – a casa como lar e o desejo de adquirir um patrimônio que transcenderá as gerações. Para compreender a posição dos compradores, Bourdieu (2000) caracteriza os proprietários de imóveis na França com relação à posse de capital econômico e capital cultural sobre o total de capital, mostrando que a opção pela compra foi daqueles que possuem, proporcionalmente, mais capital econômico, enquanto a opção pelo aluguel é daqueles que possuem mais capital cultural (professores, artistas, funcionários públicos, profissionais liberais, p. ex.).
- A caracterização das posições dos produtores, por sua vez, mostra dois grandes grupos: (a) grandes sociedades nacionais – capital financeiro, empregam pessoal de gestão e engenheiros, subcontratam a realização das obras, adotam procedimentos industrializados de construção; (b) pequenas e médias empresas locais ou regionais – capital familiar, todo o pessoal é empregado, adotam procedimentos tradicionais de construção ou trabalham com casas pré-fabricadas. Com relação às estratégias de publicidade, as empresas do primeiro grupo tendem a atribuir ao produto as qualidades do produtor e afirmar a proteção do cliente; as do segundo grupo difundem ou a relação com a tradição ou o "milagre" da casa pronta. No entanto, a partir de um contexto de crise (na década de 80), as grandes empresas adotam as estratégias produtivas das pequenas e médias, voltando ao método de fabricação tradicional, ainda que através da subcontratação de pessoal. Com isso, adotam como estratégia simbólica a retórica da tradição, do original, do único.
- Para melhor compreender esse processo a pesquisa abandona, temporariamente, a escala do espaço de relações de força entre as empresas ao longo do tempo, para se dedicar a conhecer algumas empresas individuais. Nesse momento do estudo a empresa não é considerada como uma organização homogênea, que poderia ser identificada com um sujeito racional, o empresário ou o administrador, e orientada para uma função objetiva única e unificada. A empresa está determinada (ou orientada) em suas escolhas não só por sua posição na estrutura do campo de produção, mas também por sua estrutura interna que – produto de sua história anterior – guia seu presente. Suas divisões internas são compostas por agentes cujos

interesses específicos estão ligados às respectivas funções e, nesse sentido, as estratégias são resultantes de inúmeras decisões que são, em cada caso, o produto da relação entre interesses e disposições associadas às posições nas relações de força dentro da organização e, também, da capacidade de fazer valer esses interesses ou disposições o que, por sua vez, também depende do peso dos diferentes agentes envolvidos na estrutura e, portanto, do volume e estrutura de seu capital.

- Como produtores e compradores se posicionam em um campo que é, em grande medida, construído pelo Estado, especialmente através da ajuda outorgada a particulares e que varia no volume e formas de transferência favorecendo mais ou menos tal ou qual categoria social e, em decorrência, tal ou qual grupo de construtores, é preciso analisar a política de habitação. Isso é feito retornando à década de 60 e registrando a alteração de foco que ocorre ao longo do tempo – de grandes complexos habitacionais a casas individuais. Bourdieu (2000) faz a crônica da gênese dessa política através da caracterização dos "agentes eficientes", de modo a compreender a ambigüidade intrínseca ao funcionamento do Estado e as regularidades do jogo burocrático. Ao fazê-lo constata como as relações no campo se modificam cada vez mais a favor dos defensores de um liberalismo mais ou menos radical, que se expressa pela queda da construção como política pública e na diminuição dos empréstimos bancários.
- Analisar a política nacional não é suficiente, já que sua concretização se realiza em bases territoriais regionais / locais. Ao se aproximar dessa escala Bourdieu (2000) mostra o jogo entre elites locais e burocracias centrais, da qual resultam trocas "proveitosas", como o ajuste das normas à realidade.
- Após a análise extensiva das diversas relações que ocorrem nesse campo é preciso voltar ao momento em que se efetiva a compra e, portanto, à interação entre comprador e corretor. Esse é o ponto para recordar que a verdade da interação não está na interação (relação de dois que é sempre, na realidade, uma relação de três – os dois agentes e o espaço social em que estão imersos). Observando e descrevendo etnograficamente a relação entre compradores e corretores o autor conclui que, longe de ser uma mera ratificação da estrutura da relação econômica, a interação é sua efetivação, sendo sempre incerta em seu desenvolvimento. Além disso, o que relata é a experiência vivida dos agentes, a ação de fatores que só podem atuar cumprindo-se através deles. A troca não se reduz a um simples processo de revelação, no qual o comprador colabora (sem sabê-lo) com um vendedor desejoso de extrair informação: esse contribui para produzir a necessidade e o gosto do comprador, ao mesmo tempo que avalia sua capacidade de desembolso e contribui para realizá-lo. O comprador aprende sobre si mesmo, sobre seus gostos e interesses, e realiza o ato psicológico necessário para passar à ação (usualmente ao preço de uma restrição de suas aspirações e expectativas que não podem ser satisfeitas).
- Já sabemos sobre as posições dos compradores e dos produtores, "entramos" em algumas empresas, conhecemos a influência do Estado e das resultantes de sua relação com os poderes regionais e locais, bem como sobre a repercussão da política (sempre considerada como o resultado de interações entre atores com recursos de poder) sobre aqueles que aspiram a se tornar proprietários e sobre as empresas produtoras. Após a efetivação da compra falta saber se o sonho da casa própria tem um final feliz para a pequena burguesia. Como seria de se esperar, o que foi narrado expressa "os grandes fundamentos" de sua miséria. A partir de testemunhos e do que foi analisado anteriormente, Bourdieu (2000, p.208) reflete sobre "todas as pequenas misérias, todos os atentados à liberdade, às esperanças e aos desejos, que culminam com a existência de preocupações, restrições, fracassos e, quase inevitavelmente,

de melancolia e ressentimento." No outro pólo do campo, o que se encontra é um relativo sucesso – o efeito de uma política que aspirava criar um mercado para os produtores de casas, ao mesmo tempo em que produzia proprietários apegados a seu bem. No entanto, aqueles que conseguiram adquirir a casa o fizeram com custos tão elevados que, ainda que a política (junto com outras de cunho liberal em outros campos sociais) tenha realizado uma transformação profunda do campo, não garantiu a seus promotores os benefícios político eleitorais esperados.

O esforço de apreender os diversos aspectos e relações envolvidas no campo fica evidente, bem como sua potencialidade para desnaturalizar as posições dos agentes e as relações sociais. Chama atenção a dificuldade em narrar relações de modo relacional. Isso se deve, em parte, ao fato de que, como expressa Jorge Luis Borges, somos prisioneiros da linguagem e de suas limitações.

Arribo, ahora, al inefable de mi relato; empieza, aqui, mi desesperación de escritor. Todo language es un alfabeto de símbolos cuyo ejercicio presupone un pasado que los interlocutores comparten; cómo transmitir a los otros el infinito Aleph, que mi temerosa memoria apenas abarca? (...) Por lo demás, el problema central es irresoluble: la enumeración, siquiera parcial, de un conjunto infinito. En ese instante gigantesco, he visto millones de actos deleitables o atroces; ninguno me asombró como el hecho de que todos ocuparan el mismo punto, sin superposición y sin transparencia. Lo que vieron mis ojos fue simultáneo: lo que describiré, sucesivo, porque el language lo es.

Jorge Luis Borges - El Aleph

Esse fecho do item, com a ajuda de Borges, serve também como justificativa para a linearidade com que se apresentará, no item seguinte, parte das formulações tortuosas e interessantes articuladas em Deleuze.

2.3 Deleuze: a constituição ativa do ser e a alegria da prática

Cooper e Burrell, em um artigo de 1988, chamavam a atenção para a potencialidade do pensamento de Deleuze e Guatarri para compreender as organizações como máquinas que produzem discursos elaborados de informação e conhecimento, em que os sujeitos humanos são uma parte necessária do fluxo material no qual esse discurso está inscrito. Ainda que essa linha de pensamento seja interessante e mereça registro por ser uma das poucas vezes em que esses autores são mencionados no campo dos estudos organizacionais, adota-se nesse item um outro olhar sobre tal potencialidade. A opção, dado o espaço restrito desse artigo, é tratar apenas alguns aspectos do pensamento de Deleuze (deixando as influentes formulações em conjunto com Guatarri para outra oportunidade) e, a partir daí, apontar algumas possibilidades de seu uso para a pesquisa.

A obra de Deleuze é extensa e complexa (extremamente complexa!), o que leva a que, necessariamente, o que se apresenta a seguir seja apenas um recorte superficial. A opção para apresentar a lógica do pensamento desse autor foi a de seguir, com base no trabalho de Hardt (1996), a evolução das suas concepções a partir dos seus encontros com Bergson, Nietzsche e Espinosa.

Incluído entre os pensadores pós-estruturalistas franceses, Deleuze adota, em suas primeiras obras, o problema comum a esse grupo, o de escapar de uma fundação hegeliana. Inicialmente o esforço de ser anti-hegeliano através de uma guinada dialética se mostra, por natureza, contraditório. Será somente no momento em que construir um terreno alternativo, separado do problema de Hegel, que Deleuze constituirá as duas linhas centrais de seu pensamento: uma concepção não dialética da negação e uma teoria constitutiva da prática. A primeira recusa a negação da dialética na sua vinculação à superação. A negação não dialética é mais simples e absoluta, não no sentido de que tudo que está presente é negado, mas no de que aquilo que é negado é atacado com força total e irrestrita. (O exemplo da bomba atômica ajuda a compreender a negação absoluta: nesse agente de destruição total nada há de positivo para ser recuperado na síntese, até porque, na prática, nenhuma ressurreição é possível em caso de sua utilização.) A negação abre espaço para a criação, para a prática, obstruindo qualquer terceiro momento sintético (Hardt, 1996).

Deleuze desenvolve uma ontologia materialista, colocando a organização do ser – sua produtividade e sua produtibilidade, suas aptidões de produzir e ser produzido – no centro de sua filosofia. Para prosseguir é interessante distinguir entre ordem e organização. Pela ordem do ser (ou da sociedade) entende-se a "estrutura imposta como necessária e eterna desde cima, de fora da cena material de forças"; organização, por outro lado, designa a coordenação e acumulação de encontros acidentais e desenvolvimentos desde baixo, do interior do campo imanente de forças" (Hardt, 1996, p.17). Nos parágrafos que seguem se retoma a evolução do pensamento de Deleuze a partir de seus encontros com Bergson e a resultante elaboração do movimento positivo do ser, com Nietzsche e a inclusão de uma ética da afirmação, com Espinosa e a guinada na direção da prática – da ontologia até a ética e a política.

A interpretação de Bergson por Deleuze afirma que a diferença marca a dinâmica real do ser, é o movimento (e, portanto, a dimensão temporal) que funda o ser. Criticando a determinação do mecanicismo Deleuze (1988a), sempre a partir de Bergson, afirma que a diferença vital é a diferença interna que, por sua vez, não é simples determinação. Ele não questiona como o ser pode ganhar determinabilidade, como pode sustentar sua diferença, mas como a diferença pode sustentar o seu ser. Assim, a diferença eficiente, aquela que é causa interna, é o motor interno do ser: ela sustenta a necessidade do ser e a real substancialidade. A determinação do mecanicismo não pode cumprir esse papel porque é constituída por uma causalidade externa e material.

Outro foco das formulações de Deleuze (1988a), ainda a partir de Bergson, é o problema do Uno e do Múltiplo – considerados como termos muito abrangentes e abstratos para apreender a especificidade e a singularidade da realidade. Para Hegel a relação entre o Uno e o Múltiplo é uma fundação para a teoria da organização social, a base ontológica da política. Atacar a unidade dialética desses termos é atacar a primazia do Estado na formação da sociedade, e insistir em sua pluralidade. Desse ataque resulta a noção do Uno e do Múltiplo como dois tipos de multiplicidade, o que vai permitir defender o pluralismo da organização contra o pluralismo da ordem. O pluralismo da organização se produz através do processo interno de diferenciação: o ser não procura fora de si um outro ou uma força de mediação porque sua diferença nasce da força interna que a vida carrega em si mesma. Diferenciação é o movimento de uma virtualidade que se efetiva a si mesma. O ser virtual é ser puro e transcendental na medida em que é infinito e simples; o ser atualizado é o ser real na medida em que é diferente, qualificado, limitado. Segundo Hardt (1996, p.44) a tarefa central da leitura de Bergson por Deleuze é "elaborar o movimento positivo do ser entre o virtual e o atual que dá suporte à necessidade do ser e que faculta ao ser tanto a mesmice quanto a diferença, a unidade e a multiplicidade". Esse movimento essencial é um

processo que se realiza no tempo, ou seja, trata-se de uma perspectiva ontológica enraizada na duração.

O virtual e o real se comunicam através do processo de atualização. Aliás, a opção pela relação virtual-atual, em vez da relação possível-real se deve à consideração de que existem diversas possibilidades contemporâneas (atuais), algumas das quais podem ser realizadas no futuro; em contraste, as virtualidades são sempre reais (no passado, na memória) e podem tornar-se atualizadas no presente. Ao rejeitar o possível, e afirmar a atualização sobre a realização, Deleuze (1988, p.49) afirma duas regras para o processo de atualização: diferença e criação. Para o virtual tornar-se atual precisa criar seus próprios termos de atualização. "A razão disso é simples: enquanto o real é a imagem e o retrato do possível que realiza, o atual, por seu turno, não se assemelha à virtualidade que incorpora." Sem qualquer ordem pré-formada para ditar sua forma, o processo de atualização do ser deve ser uma criação original da multiplicidade do ser atual pela diferenciação. Novamente temos a crítica da ordem (do movimento da causa formal: possível-real) e a afirmação da organização (do princípio da causa eficiente: virtual-atual). A realização do possível claramente propicia uma multiplicidade da ordem, a atualização do virtual apresenta uma dinâmica na qual o processo de diferenciação cria arranjos originais, é a multiplicidade da organização (Hardt, 1996).

Essa ontologia positiva, desenvolvida a partir da leitura de Bergson, vai se tornar uma ética positiva a partir da penetração em um campo de forças no qual as questões lógicas são colocadas em termos de sentido e de valor, a partir da leitura deleuziana de Nietzsche e da conseqüente análise da natureza do poder. É aqui que se coloca a negatividade da crítica: é o momento negativo e destrutivo da crítica que desestabiliza os poderes existentes, limpando o terreno para que o momento criativo possa liberar ou criar novos poderes. Essa possibilidade parte da recusa de qualquer ponto de vista transcendental exterior (o espaço da ordem) ao plano das forças que determinam e legitimam o conhecimento absoluto e supostos valores universais (Hardt, 1996).

"É nesse ponto que podemos observar a aproximação de Deleuze, Nietzsche e Marx uns com os outros, nesse ataque incontido aos valores estabelecidos. Os dois últimos concebem a essência real não como trabalho, mas como força: a vontade de potência, o trabalho vivo, a criação. Mas a fim de liberar tal força, de abrir espaço para a força construtiva e transformadora, eles devem elaborar uma crítica radical e total, atacando a essência dos valores estabelecidos. Se o trabalhador tem que alcançar um ponto de afirmação genuína, de autovalorização, o ataque tem que ser dirigido à essência, aos valores que definem o trabalhador enquanto tal contra a servidão, contra o trabalho. (...) O trabalhador atacando o trabalho, atacando a si mesmo, (...) está atacando a relação que foi posta como a sua essência – somente após essa 'essência' haver sido destruída, ele pode ser verdadeiramente capaz de criar. (...) Uma crítica total é necessariamente insurrecional" (Hardt, 1996, p.84-85)

Em Nietzsche o ser não é dado, precisa ser querido. Nesse sentido, a vontade ética é a vontade que quer o ser. Deleuze (1983, p.68) formula a seleção ética do eterno retorno através de uma regra prática para a vontade: o que quer que tu quiseses, queira-o de tal forma que também queiras o seu eterno retorno". "A vontade não se refere a um corpo "sofrendo" paixões, mas à criação que é alegria. "O ensinamento prático de Nietzsche é o de que a diferença é feliz, que a multiplicidade, o devir e o acaso são objetos adequados da alegria por eles mesmos e que somente a alegria retorna." (Deleuze, 1983, p.190) O eterno retorno é uma síntese temporal que

projeta a vontade de potência no tempo, falta mostrar como a prática da alegria se realiza na sociabilidade, o que será encontrado na leitura deleuziana de Espinosa em direção à política.

A passagem da especulação à prática se dá através da análise que Espinosa realiza sobre o poder. Aqui o termo determinação, presente na época das leituras de Bergson, é substituído por singularidade: conceito que marca a diferença interna. Antes de prosseguir é preciso dizer, sem entrar em detalhes, que não se encontra, nem em Espinosa nem em Deleuze, qualquer distinção hierárquica entre pensamento e corpo - o ser se expressa igualmente em todas as suas formas, possui univocidade de atributos. Ou seja, a constituição do ser consiste de dois princípios: singularidade e univocidade (Hardt, 1996).

O poder, em Espinosa, tem dois lados que são iguais e indivisíveis: o poder de fazer e o poder de ser afetado, produção e sensibilidade. Assim, a potência de existir de um modo sempre corresponde ao poder de ser afetado, e esse é preenchido por afecções produzidas por coisas externas (afecções passivas) ou por afecções explicadas pela própria essência do ser (afecções ativas).

O princípio da univocidade do ser permite que Espinosa use a mente como o modelo principal da especulação e o corpo como meio para a revelação da prática. Um corpo é uma relação dinâmica, cuja estrutura interna e limites externos estão sujeitos a mudanças. A estrutura de um corpo é a composição de suas relações. Aquilo que um corpo pode fazer é tanto a natureza quanto os limites de seu poder de ser afetado. Quando o poder de ser afetado é preenchido por afecções ativas, ele se relaciona diretamente com o poder de agir; quando é preenchido pelas passivas, relaciona-se somente com a potência de sentir ou sofrer. "Nosso poder de sofrer nada afirma, porque nada expressa: ele envolve somente nossa impotência (...), o grau mais baixo de nossa potência de agir." A teoria do esforço (*conatus*), de Espinosa, marca a interseção da produção e das afecções: "as variações do *conatus* enquanto determinado por essa ou por aquela afecção são as variações dinâmicas da nossa potência de agir" (Deleuze, 1988b, p.224 e 231).

As afecções passivas são caracterizadas pelos encontros entre o nosso corpo e outros corpos. Encontros que podem parecer casuais porque não são causados por nós. A ordem das paixões é, então, a ordem dos encontros casuais. Um simples encontro entre dois corpos (relações dinâmicas cuja estrutura interna e limites externos estão abertos e continuamente sujeitos a mudanças) pode ser caracterizado pela harmonia ou desarmonia de suas relações. Deleuze (1988b) propõe dois casos de encontros casuais para distinguir dois tipos de afecções passivas. No primeiro, encontro um corpo cuja relação interna é compatível com a relação interna do meu, produzindo-se uma afecção que é um encontro jubiloso e que, portanto, provoca aumento da minha potência de agir. No segundo ocorre incompatibilidade e, então, ou um corpo decompõe a relação do outro ou os dois corpos serão decompostos, resultando em uma diminuição de potência. Em princípio, os seres humanos concordam em natureza, mas como estão sujeitos às paixões, a maioria de seus encontros são desarmoniosos, tristes. Com isso se chega a que a condição humana repousa, em grande parte, em afecções passivas tristes (Hardt, 1996).

Sendo assim, onde encontrar o ímpeto para colocar em movimento um projeto prático? A primeira pista de Deleuze (1988b, p.272) é mudar o foco da afirmação para a alegria: "a sensação da alegria aparece como a sensação propriamente ética". Retornando a Espinosa e à física dos corpos se pode buscar reconhecer composições ou relações similares entre os corpos, chegando ao primeiro critério para uma ética da alegria: somos capazes de favorecer encontros compatíveis (paixões alegres) e evitar encontros incompatíveis (paixões tristes). Quando fazemos essas seleções estamos produzindo noções comuns – idéias de similaridade de composição em modos existentes. "Quando encontramos um corpo que está de acordo com o nosso, quando experimentamos uma afecção passiva alegre, somos induzidos a formar uma idéia daquilo que é

comum àquele corpo e ao nosso." (Deleuze, 1988, p.282) O processo se inicia com a experiência da alegria, nos induzindo a reconhecer uma relação comum, a formar uma noção comum. Tem-se, aqui, dois processos em andamento. "Lutamos para evitar as paixões tristes que reduzem a nossa potência de agir e de acumular paixões alegres. Esse esforço de seleção aumenta a nossa potência, mas nunca ao ponto do devir ativo: paixões alegres são sempre o resultado de uma causa externa." (Hardt, 1996, p.156) A partir do reconhecimento da noção comum se pode dar o salto para a alegria ativa, para a substituição da causa externa pela causa interna. Segundo Espinosa uma afecção, que é paixão, deixa de ser paixão tão logo dela formamos uma idéia clara e distinta. Esse processo de envolver a causa interna constitui o salto para a ação. A força que anima essa operação é o *conatus*: quando a física de Espinosa é transportada para o plano ético deixamos de ser corpos em movimento para encontrarmos corpos insuflados de desejo. "À medida que passamos da tristeza para a alegria, das paixões para as ações, estamos descobrindo o caminho para o aumento da nossa potência". (Hardt, 1996, p.158 e 170)

"Paixões alegres são a pré-condição da prática. A alegria do encontro é, precisamente, a composição de dois corpos em um corpo novo e mais poderoso. (...) A alegria da afecção ativa não é mais contingente de um encontro casual; a alegria que tem por suporte a noção comum é a alegria que retorna. Esse é o processo prático que encarna os mandatos éticos de Deleuze: tornar-se alegre, tornar-se ativo.

(...) coloca a multiplicidade da organização contra a multiplicidade da ordem, e os agenciamentos da potência contra os dispositivos do poder." (Hardt, 1996, p.181-182)

A aplicação das concepções de Deleuze aos estudos organizacionais propiciaria um olhar para a aventura da organização dos sujeitos e da sociedade, para perceber formas contemporâneas de agenciamento. O poder da sociedade seria visto como o poder de ser afetada. É claro que essa organização aberta da sociedade precisa ser distinguida das estruturas verticais da ordem. Por organização se deve compreender um processo contínuo de composição ou decomposição, por meio de encontros sociais em campos de forças. Isso não significa dizer que as instâncias da verticalidade não são formadas. Significa afirmar que possuem uma determinação estritamente imanente e são, portanto, suscetíveis de reestruturação, reforma, destruição. Dispositivos estruturam a ordem social de cima para baixo, agenciamentos constituem os mecanismos de organização de baixo para cima. Em Deleuze não há contradição entre o individual e o coletivo; a constituição da sociedade repousa em um outro eixo, relacional. "O processo de agenciamento político, a composição de relações sociais alegres, movimenta-se em troca, entre a multiplicidade e a multidão." (Hardt, 1996, p.184)

Um exemplo da utilização do referencial de Deleuze (nesse caso, também com a influência de Guatarri) é o estudo realizado por Caiafa (2002) sobre as viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro. Nele se encontra a abordagem de temas como a natureza da cidade e a exclusão, trabalho e subjetividade, passando pela política pública de transportes urbanos. A autora relata como a população, mesmo em um quadro de enormes adversidades, não cessa de produzir agenciamentos que lhe abre outras experiências, linhas de fuga à situação que enfrentam. Seu estudo aponta para os modos como códigos sociais são subvertidos no contexto da heterogeneidade da cidade.

Como é preciso encerrar...

Não é possível encerrar com conclusões, dado o objetivo principal e as características desse ensaio. O sobrevôo, que se iniciou com a negação das características da tradição na

pesquisa nos estudos organizacionais, continuou apresentando (nos limites impostos pela espaço e de modo enamorado) alguns aspectos das formulações de três pensadores cujas obras são orientadas pelo primado das relações. No entanto, essas relações têm cenários diferentes em cada um deles: em Marx o cenário é a sociedade (capitalista), em Bourdieu são campos de poder definidos por posições (objetivas) e disposições (subjettivas), em Deleuze é o ser em seu movimento por se tornar ativo e alegre e, desse modo, produzir agenciamentos políticos. Em todos eles se encontra uma preocupação com a produção de conhecimento e de práticas sociais que se oponham à ordem e que contribuam para, utilizando termos deleuzianos, a produção de linhas de fuga através da articulação de corpos sociais com relações internas compatíveis, com práticas e desejos compatíveis.

O sentido dessa redação foi o de apontar referenciais que podem apoiar o desenho de pesquisas orientadas pela ética da vida e pela emancipação. Não se pretendeu traduzir esses autores para o vocabulário ou as rotinas dos estudos organizacionais, o que seria, por princípio, uma traição. Em vez disso, se organizou o texto tendo, como pano de fundo a noção de transdisciplinariedade e a pretensão de que se possa produzir conexões entre disciplinas de modo a desenvolver densidades novas e criativas.

Para encerrar é preciso dizer que se percebe, no campo dos estudos organizacionais no Brasil, um embrião de corpos sociais, minorias, que orientam suas pesquisas para a emancipação e não pelo imediatismo ditado pelo mercado e pela exigência do aspecto aplicado. Alguns pesquisadores, bem como alunos de mestrado e doutorado, têm se aproximado, nos últimos meses, para compartilhar preocupações e referenciais. Esse ensaio se constitui em uma contribuição a mais para a constituição dessa minoria, lembrando como indica Caiafa (2000), que os processos sempre incluem as vias de uma guinada, sempre têm no horizonte o começo de outra coisa. O que indica a necessidade de produzir com paixão e alegria, vivendo intensamente nosso tempo e suas qualidades, ao mesmo tempo que se nega, radicalmente, suas perversidades.

Referências Bibliográficas

- ASTLEY, W. G. Administrative science as socially constructed truth. *Administrative Science Quarterly*, n.30, p.497-513, 1985.
- ASTLEY, W. G.; ZAMMUTO, R. F. Organization science, managers, and language games. *Organization Science*, n.3, p.443-460, 1992.
- BERTERO, Carlos Osmar. Nota técnica: a coruja de Minerva – reflexões sobre a teoria da prática. In: CLEGG, Stewart; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2001. Vol. 2. p.57-60
- BORGES, Jorge Luis. *Ficciónario: una antología de sus textos*. México: Tierra Firme/ Fondo de Cultura Económica, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. *Cosas dichas*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1996a.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus Ed., 1996b.
- BOURDIEU, Pierre. *The state nobility: elite schools in the field of power*. Stanford: Stanford University Press, 1996c.
- BOURDIEU, Pierre. *Las estructuras sociales de la economía*. Buenos Aires: Manantial, 2000.
- BROHM, Jean-Marie. *O que é a dialética?* Lisboa: Antídoto, 1979.
- BRYMAN, Alan. *Research methods and organization studies*. London: Routledge, 1992.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SHOUTHEETE, Marc de. *Dinâmica de pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed.. 1991.

BURRELL, Gibson. Eco and the Bunnymen. In: HASSARD, John; PARKER, Martin. *Postmodernism and organizations*. London: Sage, 1993. p.71-82

CAIAFA, Janice. *Nosso século XXI: notas sobre arte, técnica e poderes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

CAIAFA, Janice. *Jornadas urbanas: exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. Introdução. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. *Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral*. São Paulo: Editora Nacional, 1973. p.1-22

CASSEL, Catherine; SYMON, Gillian. *Qualitative methods in organizational research: a practical guide*. London: Sage, 1995.

COOPER, Robert; BURRELL, Gibson. Modernism, postmodernism and organizational analysis: an introduction. *Organization Studies*, v.9, n.1, p.91-112, 1988.

DACHLER, Peter H. Power and political processes as ethical issues in methodology: continuing the dialogue with Catherine Cassel and Gillian Symon. *Organization Studies*, Spring 1999. Disponível em: <http://www.findarticles.com>. Acesso em: 22/12/1999.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche and philosophy*. New York: Columbia University Press, 1983.

DELEUZE, Gilles. *Bergsonism*. New York: Zone Books, 1988a.

DELEUZE, Gilles. *Spinoza: practical philosophy*. San Francisco: City Lights Books, 1988b.

DONALDSON, Lex. *In defense of organization theory: a reply to its critics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

DUSSEL, Enrique. *Hacia una filosofía política crítica*. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 2001.

FOUCAULT, Michel. *The archeology of knowledge*. London: Tavistock, 1972.

HARDT, Michael. *Gilles Deleuze: um aprendizado de filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.

JAMESON, Frederic. Cinco teses sobre o marxismo atualmente existente. In: WOOD, Ellen M.; FOSTER, John B. (Orgs.) *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1999. p.187-195

KINCHELOE, Joe L.; MCLAREN, Peter. Rethinking critical theory and qualitative research. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.) *Handbook of qualitative research: second edition*. London: Sage, 2000. p.279-314

KNIGHTS, David. Changing spaces: the disruptive impact of new epistemological location for the study of management. *Academy of Management Review*, v.17, n.3, p.514-536.

LÖWY, Michael. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LUKÁCS, Georg. *Histoire et conscience de classe*. Paris: Éd. de Minuit, 1960. (Edição original 1923)

MARDSSEN, Richard. The politics of organizational analysis. *Organization Studies*, v.14, n.1, p.93-110, 1993.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

PARSONS, Talcott. O conceito de sistema social. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. *Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral*. São Paulo: Editora Nacional, 1973. p.47-55

PINTO, Louis. *Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SCOTT, W. Richard. Field methods in the study of organizations. In: MARCH, James G. (Ed.) *Handbook of organizations*. Chicago: Rand McNally & Company, 1965. p.261-304

SCOTT, W. Richard. *Organizations: rational, natural, and open systems*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1992.

WACQUANT, Loïc, J. D. Toward a social praxeology: the structure and logic of Bourdieu's sociology. In: BOURDIE, Pierre; WACQUANT, Loïc J. D. *An invitation to reflexive sociology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992. p.1-60